

Márcia Kolumbe



Wellington Salgado (C) preside audiência pública de duas comissões com especialistas em segurança de sistemas de votação

Impressão de voto eletrônico evita fraude? Debate mostra divergências

A impressão dos votos registrados nas urnas eletrônicas para auditoria dos resultados, prevista na reforma eleitoral em debate no Senado, não tem apoio unânime de especialistas em segurança de sistemas de votação ouvidos ontem em audiência pública promovida pelas comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia. **8**



Jane Araújo

Sarney presidiu reunião em que a Mesa discutiu obras de manutenção do Plenário e regulamentou escritórios de senadores

Plenário deve ter obra de manutenção, diz Heráclito

Com a instalação elétrica repleta de gambiarras e sob risco de desabamento de placas metálicas afixadas no teto, o Plenário do Senado precisa de manutenção urgente, segundo anunciou o 1º secretário, Heráclito Fortes. O assunto foi discutido ontem em reunião da Mesa di-

retora, que também aprovou ato fixando regras para os escritórios dos senadores nos estados. De acordo com o ato, anunciado pelo presidente do Senado, José Sarney, nesses escritórios somente poderão ser desenvolvidas ações ligadas ao exercício do mandato do titular. **4 e 5**

Serys não recebe recurso contra arquivamento

Serys Shessarenko, 2ª vice-presidente do Senado, não recebeu recurso para reexame da decisão do Conselho de Ética que arquivou denúncias contra José Sarney. **4 e 5**

Regra para desapropriação gera polêmica

Kátia Abreu e Eduardo Suplicy comentam definição de produtividade em estudo pelo governo. **3**

Comissão rejeita "autoritarismo" na Venezuela

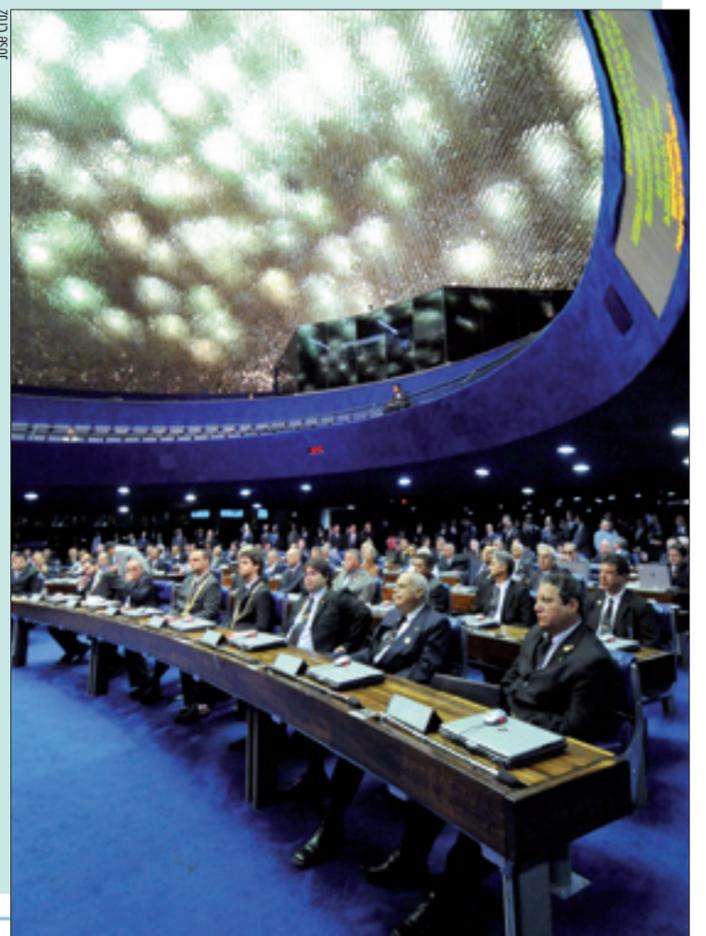
A "escalada de autoritarismo" do governo da Venezuela foi repudiada ontem pela Comissão de Relações Exteriores. Uma das críticas é o cerceamento da imprensa. **7**

Senado comemora em sessão especial o Dia do Maçom

A ética na política e a atual crise enfrentada pelo Senado foram os temas mais abordados na sessão especial que comemorou ontem a passagem do Dia do Maçom. Senadores de vários partidos destacaram a presença da Maçonaria

na história do país e o trabalho desenvolvido pela instituição em favor da sociedade. O grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, Marcos José da Silva, sugeriu uma maior participação da Maçonaria na vida política brasileira. **2**

José Cruz



Ao lado de senadores, maçons de Brasília e de vários estados participam da sessão

Na sessão especial que homenageou integrantes da instituição, discursos de senadores e de líderes maçons realçam a necessidade de a ética pautar a política brasileira

Líder da Maçonaria faz críticas à corrupção

NA SESSÃO ESPECIAL do Plenário que homenageou ontem a passagem do Dia do Maçom, a ética na política e a atual crise enfrentada pelo Senado foram os temas mais abordados. Um dos líderes da maçonaria no país (veja o infográfico), o grão-mestre do Grande Oriente de Santa Catarina, Rubens Ricardo Franz, lembrou que a instituição está incorporada em campanhas de combate à corrupção e pediu aos brasileiros que fiquem alerta quanto ao comportamento desonesto de uma minoria dos políticos brasileiros.

Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou a importância da verdade, um dos valores básicos da Maçonaria, nesses tempos de "mentira", em que se discute qual autoridade fala a verdade. O senador criticou a atuação do Conselho de Ética, que ele acredita estar colaborando para consagrar a imoralidade no país.

Cristovam Buarque (PDT-DF) conclamou a Maçonaria a contribuir para o surgimento de um "novo Brasil", um "Brasil Limpo", contemporâneo com o mundo inteiro, que mude em diversos aspectos, sobretudo na área da educação. Segundo o senador, a Maçonaria pode ser uma força capaz de ajudar a tirar o Brasil do atraso em que se encontra, como ocorreu em outros momentos no país.

Autor da proposta de homenagem, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou a "verdade e a tolerância" como valores da Maçonaria que poderiam ser incorporados à política brasileira.

– Hoje, a nossa democracia precisa ser muito mais permeada por essa tolerância; não se pode dividir a sociedade entre esquerda, direita e centro, entre brancos, negros e índios. Precisamos ter, realmente, tolerância e saber que somos todos iguais.

Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou a presença marcante da Maçonaria na história do país, citando como exemplo a própria data em que se celebra o Dia do Maçom. Nesse dia, em

Ideias de fraternidade

A Maçonaria se define como liga internacional de homens dedicados a viverem em paz, harmonia e afeição fraternal sem consideração à sua raça, cor ou credo

Os **maçons** (mulheres não são aceitas) cultivam a filantropia, a justiça social, o aperfeiçoamento intelectual, a fraternidade e os princípios de liberdade, democracia e igualdade.

O termo maçom tem origem no inglês *mason* e no francês *maçon*, que significam **pedreiro**.

Eles se organizam em **lojas** e utilizam um sistema hierárquico de graus para transmitir os seus ensinamentos, obtidos em rituais de iniciação.

A instituição surgiu em 1717, em **Londres**. A primeira loja no Brasil foi fundada em 1802.

Fonte: Loja Maçônica São Paulo 43 e Wikipedia

1822, uma assembleia-geral maçônica no Rio de Janeiro votou em favor da independência do Brasil.

Jayme Campos (DEM-MT) disse que o maior segredo dos integrantes é desvendado nas suas próprias ações, que é fazer desinteressadamente o bem ao próximo, fazendo o bem à Humanidade.

Romeu Tuma (PTB-SP) prestou homenagem a seu pai, que fundou lojas em São Paulo e teve "uma vida dedicada ao relevante papel social que a Maçonaria dirige no estado".

O senador Efraim Moraes (DEM-PB) defendeu que o Dia do Maçom conste do calendário cívico brasileiro. A instituição, observou ainda, introduziu padrões éticos e morais e tem por objetivo ampliar a cultura e a visão espiritual das pessoas.

– É uma instituição que historicamente agrega homens de saber que buscam o bem comum – destacou Efraim Moraes, ao explicar que a expressão mineira "uai" tem origem na senha de acesso às reuniões inconfidentes, iniciais das palavras união, amor e independência.

Mão Santa (PMDB-PI) também lembrou o papel da Maçonaria nos mais importantes movimentos libertários do Brasil. A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que a Maçonaria incentiva

a observância de valores morais e de princípios humanistas, uma vez que, disse ela, o ser humano é naturalmente inclinado ao bem. Cícero Lucena (PSDB-PB) destacou a contradição entre o avanço tecnológico e as condições em que vivem as pessoas, especialmente as menos favorecidas economicamente.

– Todo o desenvolvimento tecnológico que se apresenta aos nossos olhos não é suficiente para aproximar os homens num sentimento desinteressado e fraternal – disse Lucena, ao lembrar um dos preceitos da filosofia maçônica.

Grão-mestres

O grão-mestre Rubens Ricardo Franz disse que os políticos devem priorizar em sua atividade o bem da sociedade. Em sua avaliação, os representantes eleitos refletem os homens que compõem a sociedade. Portanto, observou, as pessoas precisam melhorar seu comportamento para que também a sociedade sofra mudanças positivas.

Já o grão-mestre-geral do Grande Oriente do Brasil (GOB), Marcos José da Silva, sugeriu maior participação da Maçonaria na vida política brasileira. Em sua opinião, todos os acontecimentos políticos devem contar com a presença de maçons para que avaliem e apoiem projetos que sigam os princípios maçônicos, bem como rejeitem as propostas contrárias aos ideais fraternos.

Alvaro: governo desembolsou apenas 10% das verbas do PAC

Ao criticar o desempenho do governo na execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Alvaro Dias (PSDB-PR) citou a estimativa de que apenas 10% dos recursos destinados ao programa foram efetivamente desembolsados até o momento. A informação foi divulgada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

O senador destacou, na matéria, o trecho em que o autor do levantamento, professor Paulo Fleury, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, declara que, "nesse ritmo, o governo só terminaria de gastar todo o dinheiro [do PAC] em 2034".

Outra estimativa de Fleury assinalada por Alvaro é que o sucessor do presidente Lula herdará uma pendência de R\$ 115 bilhões não gastos pelo PAC no setor de logística.

Petrobras

Alvaro ressaltou a notícia de que uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta superfaturamento nas obras da Refinaria Abreu e Lima (PE), e que o presidente da Petrobras, José



Gerardo Maggela

Alvaro considera "impróprios" horários das reuniões da CPI da Petrobras

Sergio Gabrielli, teria songado documentos ao TCU. Nesse contexto, o senador disse que a CPI da Petrobras "é da maior importância para o país".

No entanto, o senador criticou a atuação do relator da CPI, Romero Jucá (PMDB-RR), também líder do governo na Casa. Segundo Alvaro, o relator "afirma que um assunto foi encerrado quando, na verdade, nada foi esclarecido".

Alvaro protestou contra os horários de reunião da CPI, que seriam "impróprios", e observou que os documentos necessários a que os senadores se preparem para os depoimentos são entregues apenas depois.

Crivella lê nota de Jobim sobre construção de submarino nuclear

Marcelo Crivella (PRB-RJ) leu nota encaminhada pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, em que a Marinha do Brasil nega informações divulgadas no último dia 15 pelo jornal *O Globo* em matéria intitulada "Submarinos com preço no céu".

Na nota, Jobim afirma ser um erro presumir que a Marinha optou entre um projeto alemão e um francês para desenvolver o submarino brasileiro de propulsão nuclear, tendo em vista que a Alemanha não possui esse tipo de tecnologia.

O ministro diz que foi cogitado um novo acordo com a empresa alemã HDW (Howaldtswerke Deutsche Werft), mas que isso ocorreu em um momento em que a Marinha estava sem perspectiva de avançar no seu projeto prioritário do submarino com propulsão nuclear, priorizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2007.

A nota também garante que a França não impôs ao Brasil a construção de um estaleiro e de uma base para os novos submarinos, uma vez que essas



Gabinete do Senador

Crivella: Marinha nega informações divulgadas por *O Globo* no dia 15

instalações já estavam previstas desde a década de 1970.

Jobim informa ainda, na nota lida por Crivella, que os estaleiros e a atual base de submarinos não atendem aos requisitos técnicos e ambientais para a construção e operação de um submarino de propulsão nuclear.

Crivella disse que o Brasil deve estar preparado para defender o seu vasto território, sobretudo o litoral. O senador também defendeu a continuidade do projeto que prevê a construção do submarino nuclear, uma vez que a Marinha já domina o ciclo de produção de urânio.



José Cruz

Mozarildo Cavalcanti, que pediu a homenagem aos maçons: "A democracia brasileira precisa ser permeada de tolerância"

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão às 9h é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos, estão os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Expedito Júnior (PR-RO) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Governo federal estuda mudança nos parâmetros que definem quando a propriedade rural é improdutivo, podendo ser usada para reforma agrária



Gerardo Magliola

Kátia Abreu afirma que produtividade não pode ser medida pela área, mas pelo faturamento

Kátia critica nova regra para desapropriações

UMA POSSÍVEL MUDANÇA dos índices de produtividade de propriedades rurais, para critério de desapropriação para a reforma agrária, levará insegurança jurídica para mais de 500 mil famílias brasileiras, alertou a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A mudança dos critérios, informou a vice-líder do DEM, foi anunciada por líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da

Silva no Palácio do Planalto. A senadora afirmou que a produtividade não pode ser medida pela área da propriedade, mas pelo seu faturamento.

Kátia Abreu informou que, no Brasil, 80 milhões de hectares são ocupados por assentamentos, mas toda a produção de grãos vem de apenas 50 milhões de hectares. O que falta aos assentamentos, ressaltou, é ajuda do governo com insumos, infraestrutura e tecnologia.

Para Kátia Abreu, o MST não demanda terra, mas quer acabar com o sistema de produção capitalista e a democracia.

Suplicy lembra que, desde os anos 80, houve aumento significativo da produtividade agrícola brasileira



Gerardo Magliola

Para Suplicy, critérios estão desatualizados

EDUARDO SUP LICY (PT-SP) discordou das críticas feitas pela senadora Kátia Abreu à redefinição dos critérios de produtividade utilizados na desapropriação de propriedades rurais para fins de reforma agrária.

De acordo com o senador, esses critérios têm mais de 25 anos e “devem ser atualizados, porque, desde os anos 80, houve um aumento muito significativo da produtividade na agricultura brasileira”.

Suplicy lembrou que o Índice de Gini, de distribuição de renda, é baixo no

Brasil em virtude da grande concentração fundiária no país. Ele considerou ser “mais que natural” que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tenha dialogado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que se estabeleçam novos indicadores de produtividade no Brasil.

O senador concordou com Kátia Abreu sobre a necessidade de se fornecer aos assentamentos de trabalhadores rurais todos os insumos, instrumentos, tecnologia e infraestrutura necessários, inclusive escolas e hospitais.

Raupp pede edição de MP para modificar o Código Florestal

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que não é possível prosseguir sem mudanças no Código Florestal, por isso pediu que o presidente da República assine uma medida provisória sobre o assunto. O senador lembrou que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, já aceita que as propriedades com até quatro módulos possam usar as áreas de proteção às margens dos córregos, rios e nascentes para completar a chamada reserva florestal obrigatória.

– É hipocrisia continuar com esse Código Florestal. Vamos liberar as áreas já consolidadas para os agricultores trabalharem. Que não se desmate mais



Gerardo Magliola

Raupp: mudança contribuirá para a preservação da Floresta Amazônica

nada na Amazônia, mas que as áreas desmatadas sejam efetivamente usadas. Se fizermos isso, os 83% da Amazônia que têm florestas vão continuar preservados – destacou.

Reconstrução da BR-319 é de interesse nacional, diz senador

A reconstrução da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, é uma obra de interesse nacional, defendeu ontem o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo ele, o fato de o Exército estar ajudando na reconstrução da rodovia é prova de sua importância para a soberania nacional e o desenvolvimento econômico e social da região.

Raupp lembrou que a BR-319 foi construída nos anos 70, sendo asfaltada e inaugurada em 1977, “como importante instrumento de integração nacional, de desenvolvimento da Amazônia e de garantia da soberania nacional” e, por isso, merece ser revitalizada. O senador disse não entender a razão de o Ibama ter negado a licença para as obras.

– Não vai ser o traçado de uma rodovia já implantada no passado que vai mudar o meio ambiente do estado do Amazonas. Ele vai continuar preservado – afirmou.

O senador frisou que a BR-319 não recebeu a atenção devida por parte dos governantes e acabou abandonada. Raupp acrescentou que o Amazonas mantém preservadas 83% de suas florestas.

– Os milhões de brasileiros que habitam a Amazônia não podem ser condenados a uma vida de cidadãos de terceira categoria, sem direito de ir e vir. Eles são vítimas do isolamento, vítimas da falta de transporte para pessoas e mercadorias – disse Raupp.

Augusto vê falhas na política indigenista

Ao comentar relatório das Nações Unidas sobre povos indígenas no Brasil, Augusto Botelho (PT-RR) apontou várias lacunas nas políticas governamentais do país voltadas para os índios.

O senador considerou a demarcação de terras insuficiente para garantir a proteção dos indígenas, uma vez que, conforme disse, não foi acompanhada de outras providências importantes nos setores de educação, saúde e infraestrutura.

– Os indígenas brasileiros não precisam somente ter suas terras demarcadas. Atualmente, o que tem acontecido é o seguinte: as terras são demarcadas, os não índios expulsos da área, como aconteceu na Raposa Serra do Sol, e os índios ficam lá, abandonados, sem um mínimo de apoio para aproveitarem o conhecimento e a infraestrutura que já possuem para plantar, criar gado – assinalou o parlamentar.



Gerardo Magliola

Segundo Augusto, a criação de reservas não resolve problema

Tião Viana anuncia plano do Acre de reflorestar 300 mil hectares

O senador Tião Viana (PT-AC) anunciou a entrega ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva do projeto “Florestas Plantadas e Modernização do Extrativismo – Inclusão Social no Acre”, que pretende, entre outras coisas, reflorestar 300 mil hectares no estado do Acre e gerar pelo menos 20 mil empregos. O objetivo é substituir o uso de madeiras de florestas naturais por madeiras de reflorestamento.

O projeto foi levado a Lula na semana passada pelo governador Binho Marques, o ex-governador Jorge Viana e o próprio senador. De acordo com Tião Viana, o objetivo do projeto é modernizar o setor florestal,



Gerardo Magliola

Tião Viana explica que objetivo é modernizar o setor florestal do Acre

incentivando a implantação de indústrias de aproveitamento das florestas. O plano prevê investimentos de R\$ 436 milhões (90% pelo governo federal e 10% pelo estado).

Jayme Campos prepara projeto para ajudar famílias de detentos

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou ontem, em discurso, que vai apresentar projeto para organizar uma rede de apoio para que familiares de presidiários possam abrir pequenos negócios, o que lhes garantiria uma vida mais digna enquanto o parente cumpre a pena.

O senador informou que o Brasil tem 446 mil presidiários e 80% deles ficam ociosos, sem exercer qualquer atividade, “frequentando, como se costuma dizer, a universidade do crime”. Seis em cada dez ex-presidiários voltam a cometer crimes quando veem suas famílias em dificuldades econômicas.

Jayme Campos previu que os bancos oficiais ofereceriam empréstimos para que essas



José Cruz

Jayme Campos informa que 60% dos ex-presidiários voltam ao crime

famílias montassem seus próprios negócios. Ele acredita que convênios com universidades e entidades da indústria e do comércio permitiriam a criação de incubadoras de empresas, buscando a aptidão de cada família.

Local de reunião dos senadores apresenta problemas no teto, que ameaça desabar, nas instalações elétricas e nas proteções acústica e térmica, segundo 1º secretário. Ele afirma também que renovação de contratos está gerando economia de 30% a 40% para o Senado

Heráclito: Plenário precisa de manutenção urgente

O PLENÁRIO DO Senado precisa de manutenção urgente. As placas metálicas afixadas no teto estão começando a despregar. A iluminação está prejudicando a imagem das transmissões das emissoras de televisão que cobrem as sessões. A instalação elétrica está repleta de gambiarras. A proteção acústica e térmica, feita com lâ de vidro, está contaminando o ar pelos dutos do ar-condicionado ou caindo de maneira espontânea. Esse relato foi feito pelo 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), que antes levou o assunto para a reunião da Mesa realizada na manhã de ontem.

– Fui procurado por um engenheiro da Casa esta semana, que mostrou essas preocupações com relação ao Plenário. As placas metálicas do teto vez ou outra estão se despregando. Quando isso ocorre, em alguns casos, caem sobre as bancadas e firmam-se na madeira, porque são cortantes. Tiramos fotos das gambiarras e esse material está disponível para a imprensa. A instalação elétrica é da década de 70, como todo o conjunto arquitetônico do Plenário.

A preocupação maior do senador é que a deterioração das condições físicas do Plenário provoque algum acidente. Heráclito rebateu versão de que haveria uma reforma para isolar a galeria e a tribuna de imprensa do Plenário. O senador antecipou que nunca concordaria com tal medida. Ele comentou, bem humorado, que muitas vezes, mesmo com um contato direto e próximo, os parlamentares não têm conseguido se fazer entender pelos repórteres.

Reforma administrativa

Outros dois assuntos abordados pelo 1º secretário foram os contratos do Senado e a reestruturação administrativa proposta pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sobre os contratos, Heráclito informou que suas renovações estão implicando economias que variam de 30% a 40%. Já o estudo da FGV, explicou, está sendo ajustado para que possa ser implantado em conjunto com um plano de cargos e salários.

Em aparte, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) sugeriu que o Senado repasse para os

Ministérios da Educação e da Saúde todos os recursos que conseguir economizar no enxugamento de sua máquina. Ele informou que tal medida vem sendo adotada pela Assembleia Legislativa de Rondônia e algumas câmaras municipais daquele estado.

Já o senador Jefferson Praia (PDT-AM) propôs a realização de uma reunião com todos os senadores para discutir as sugestões da FGV. Por sua vez, Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou as medidas que vêm sendo tomadas ao longo do ano, visando dar maior transparência às ações do Senado. Nesse sentido, ele sugeriu a aprovação de projeto de sua autoria que obriga a divulgação no *Diário Oficial da União* e no site do Senado da relação completa dos servidores da Casa, suas respectivas funções, lotações e remunerações.

Conselho

Heráclito sugeriu também a criação de uma comissão para pensar o Conselho de Ética, que, segundo ele, ganhou conotação política indevida e precisa ser reformulado.



Heráclito Fortes discursando em Plenário e nega versão de que galeria e tribuna de imprensa possam ser isoladas dos senadores

Vídeo mostra situação precária de instalações

Em reunião realizada na manhã de ontem, a Mesa diretora do Senado decidiu realizar uma ampla discussão com os senadores a respeito da execução de obra destinada a tornar o Plenário mais seguro. Os integrantes da Mesa assistiram a um vídeo exibido pelo serviço de engenharia da Casa que mostrou a precariedade das instalações elétricas desse espaço. De acordo com o 3º secretário

da Mesa, senador Mão Santa (PMDB-PI), a situação é preocupante. – O engenheiro responsável mostrou perigos iminentes. A instalação elétrica pode desabar. O Plenário é moderno, é bonito, mas não teve manutenção. Os custos vão ser debatidos e apresentados às lideranças e ao Plenário. Aparentemente, é muito bonito, mas tem muitos riscos, principalmente por causa de

instalações obsoletas. Há problema na luminosidade também e, vamos dizer, risco de desabar o teto, assim como problemas hidráulicos. De acordo com Mão Santa, os problemas concernentes ao Plenário foram apresentados apenas aos integrantes da Mesa, devendo agora ser pormenorizados e tecnicamente estudados pelo serviço de engenharia da Casa.

Neuto de Conto cobra discussão das reformas tributária e política

Ao considerar adequadas as medidas para a modernização administrativa do Senado, tomadas pelo presidente da Casa, José Sarney, o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) defendeu que a instituição adote uma agenda positiva que viabilize o debate de temas como as reformas tributária e política, e a ampliação da integração regional via Mercosul. Com relação à reforma tributária, o senador considerou importante alargar a base da pirâmide tributária, de modo a desonerar a produção e tributar o consumo. Ele afirmou ainda que uma

reforma tributária somente será realizada se sua implantação for programada para o governo seguinte. Neuto de Conto julga fundamental a realização de uma ampla reforma do sistema partidário nacional que fortaleça as agremiações e dê mais transparência às campanhas políticas. Quanto ao Mercosul, enfatizou a necessidade de discutir no Parlamento estratégias visando ampliar a integração regional nas áreas de infraestrutura de transportes, de tributação e de ensino universitário. Neuto de Conto enume-



Segundo Neuto de Conto, é preciso ampliar a integração regional no Mercosul

rou, entre os temas que merecem atenção do Senado, o marco regulatório do pré-sal, defendendo sua utilização em favor da sociedade brasileira.

Serys não recebe recurso contra arquivamento de ações

A 2ª vice-presidente do Senado, Serys Sihessarenko (PT-MT), não recebeu ontem à noite o recurso protocolado pelo PSOL contra o arquivamento das representações por quebra de decoro apresentadas ao Conselho de Ética pelo próprio partido e pelo PSDB contra o presidente do Senado, José Sarney. A iniciativa teve apoio de 11 senadores, filiados a sete partidos. A intenção do recurso é que o arquivamento seja reavaliado no Plenário do Senado, onde votam todos os senadores, e possa haver a abertura do “devido processo disciplinar”.

Há dúvidas quanto ao provimento desse recurso, cuja possibilidade não é claramente prevista no Regimento Interno do Senado. Mas, no recurso, o PSOL trata o Conselho de Ética de forma análoga a uma comissão permanente do Senado e, nesse caso, está previsto expressamente o recurso para apreciação



Rafael Ming, assessor de José Nery, entrega recurso à secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra

de matéria terminativa pelo Plenário (artigo 91, § 3º), quando assinado por um décimo dos membros da Casa. O recurso foi assinado por 11 senadores – José Nery (PSOL-PA), Cristovam Buarque (PDT-DF), Jarbas Vasconcelos

(PMDB-PE), Renato Casagrande (PSB-ES), Jefferson Praia (PDT-AM), Demostenes Torres (DEM-GO), Marina Silva (sem partido-AC), Flávio Arns (PT-PR), Pedro Simon (PMDB-RS), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Kátia Abreu (DEM-TO).

Cristovam lamenta resultado da reunião do Conselho de Ética

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou ontem o resultado da sessão do Conselho de Ética que culminou no arquivamento dos recursos apresentados contra o arquivamento anterior das representações e denúncias contra o senador José Sarney e da representação contra o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

– Eu me senti muito mais afinado com o povo nas ruas do que com meus colegas aqui dentro – disse o senador. Junto com outros senadores, Cristovam exigiu a suspensão da sessão plenária da quarta-feira, logo após o seu início, para garantir a transmissão da votação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pela TV Senado. O parlamentar disse que preferiu acompanhar o evento pela TV, enquanto conversava por telefone com pessoas que faziam o mesmo. Seu objetivo, informou, foi anotar o que as pessoas sentiam enquanto assistiam à reunião.

Algumas, segundo ele, disseram se sentir desrespeitadas com a total ausência de debates. Outras, prosseguiu, consideraram

clara a existência de dois blocos previamente comprometidos com a absolvição mútua. De um eleitor, o senador ouviu que “o PT está cavando sua sepultura”. De outro, em relação ao Senado, ele ouviu que “tiraram os pés da lama e colocaram nela a própria cabeça”.

Não faltou, ainda segundo Cristovam, quem dissesse que não votará mais, ou quem defendesse o fechamento do Senado. Ele também ouviu alguém dizer que iria para as ruas, “porque de lá de dentro [do conselho] não sairia nada”.

Em apertado, os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizaram Cristovam pelo esforço pela transmissão ao vivo da sessão do Conselho de Ética.

– Quem imaginar que o Senado vai continuar como se nada tivesse acontecido estará cometendo um erro – disse Jarbas Vasconcelos.

Recurso

Em aparte, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) criticou a apresentação, pelo PSOL, de



Cristovam: “Eu me senti mais afinado com o povo que com meus colegas”

recurso à decisão do Conselho de Ética em relação às representações contra o senador José Sarney apresentadas pelo partido e pelo PSDB. Wellington disse que o grupo de senadores que apoiou a iniciativa está criando falsas expectativas junto à opinião pública, já que, pelo Regimento Interno do Senado, não cabe esse recurso ao Plenário.

Wellington Salgado atribuiu a esses senadores o desgaste que tem sofrido o grupo de parlamentares que se posicionou de forma favorável ao presidente do Senado, José Sarney.

Suplicy diz que apoia recurso ao Plenário

Em discurso no Plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem ser favorável à votação, em Plenário, dos recursos contra as decisões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal que determinaram o arquivamento das denúncias apresentadas contra o presidente da Casa, senador José Sarney.

Suplicy recomendou que o

presidente Sarney apresente, antes, sua defesa, seja no Conselho de Ética, seja no próprio Plenário.

Suplicy disse que, no dia anterior – que qualificou como “um dia de extremo desconforto” para os senadores do PT –, telefonou para o presidente de seu partido, Ricardo Berzoini, a fim de comunicar-lhe que não achava adequada a orientação para que a bancada

votasse contra o arquivamento das denúncias, como Berzoini recomendara em carta enviada a todos os senadores.

Suplicy disse ter perguntado a Berzoini se a Executiva Nacional do PT havia sido consultada, recebendo como resposta que a Executiva não se reunira, mas que ele, Berzoini, tinha “a convicção de que a maioria da Executiva tinha posição semelhante”.

Para Casagrande, processo ainda não está concluído

“Enquanto esse processo não se concluir, não teremos um ambiente adequado para esta Casa funcionar”, opinou o senador Renato Casagrande (PSB-ES), ao defender a legalidade do recurso assinado por ele e outros senadores para que o Plenário do Senado se posicione sobre a decisão do Conselho de Ética de arquivar as denúncias contra José Sarney. Ele observou que, se isso não ocorrer, o assunto ficará incompleto.

– O episódio ainda não tramitou totalmente. O senador Sarney só saberá se está legitimado ou não para continuar na Presidência se passar por esta votação em Plenário. Se ele obtiver a maioria dos votos, estará legitimado. Caso contrário, a investigação dará seguimento. Até para o próprio presidente Sarney é fundamental que essa votação ocorra – afirmou.

Renato Casagrande defendeu a criação de um novo instrumento para julgar denúncias contra os senadores, observando, no entanto, que o atual Conselho

de Ética não pode ser extinto antes disso. Na sua avaliação, o fato de os membros do conselho terem sido escolhidos durante a crise, e não no início do ano, foi decisivo para macular o resultado da votação dos processos.

– Ele já nasceu com o pecado original, contaminado, foi composto para que houvesse o resultado de ontem [quarta-feira] – disse Casagrande.

Processo Penal

Outro assunto abordado pelo senador Renato Casagrande foi a audiência pública realizada ontem, em Goiânia, para discutir as alterações no Código de Processo Penal. Relator da comissão temporária que está tratando do assunto, ele participou da reunião ao lado do presidente do colegiado, Demostenes Torres (DEM-GO), e do sub-relator que trata do inquérito policial, senador Romeu Tuma (PTB-SP).

Na próxima segunda-feira, haverá uma audiência pública em Vitória. Em seguida, será



Renato Casagrande quer novo instrumento para julgar senadores

agendada uma reunião em Brasília. Setembro é o mês em que Casagrande pretende elaborar seu relatório, que será submetido à comissão e, posteriormente, à deliberação do Plenário.

– Do jeito que está, o Código de Processo Penal é um instrumento de impunidade. Quem tem hoje em dia um bom advogado e pode pagar indefinidamente por ele consegue levar a conclusão de um processo para o infinito – lamentou Casagrande.



Sarney preside reunião da Mesa da qual participam João Claudino, Serys Sihessarenko, a secretária-geral Claudia Lyra, Heráclito Fortes, César Borges e Gerson Camata

Sarney anuncia ato disciplinando escritórios estaduais dos senadores

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou na manhã de ontem a aprovação, pela Mesa diretora da Casa, de ato que fixa regras para os escritórios mantidos pelos senadores em seus estados. De acordo com o ato, nesses escritórios somente poderão ser desenvolvidas ações ligadas ao exercício do mandato do titular. E mais: as despesas de instalação e manutenção correrão por conta da verba indenizatória de cada parlamentar.

– Isso era uma coisa que era feita aleatoriamente, discricionariamente. Agora, vai ter uma regulamentação, um responsável

pelo escritório, um endereço comunicado ao Senado, com funcionários comissionados, de confiança do senador. Não se permitem mais funcionários que não sejam controlados aqui – disse o presidente do Senado, ao resumir o ato.

De acordo com o texto aprovado, o escritório de apoio só poderá localizar-se no estado de origem do parlamentar. O senador, contudo, poderá optar por criar escritórios de apoio em diversos municípios quando, a seu critério, a extensão territorial do estado ou sua atividade política assim o exigirem. E desde que essa decisão não acarrete qual-

quer elevação na quantidade de pessoal ou de recursos à sua disposição.

O ato aprovado determina também que o senador terá de indicar um servidor desse escritório para atestar a frequência dos funcionários ali lotados. E está vedado lotar ou requisitar para exercício nesses escritórios servidores do quadro efetivo do Senado, bem como servidores de cargos em comissão vinculados à Mesa diretora, aos gabinetes das lideranças ou às demais unidades administrativas da Casa. E todas essas lotações serão submetidas à Diretoria-Geral do Senado.

Comitiva de Balsas pede apoio para instalação do Samu na cidade

O prefeito de Balsas (MA), Chico Coelho, juntamente com a presidente da Câmara de Vereadores do município, Deuzilene Soares Barros, e dez outros vereadores visitaram ontem o presidente do Senado Federal, José Sarney.

– Essa é uma caravana de aliados, tenha a

certeza de que aqui o senhor tem amigos. Nós nos tornamos eternamente responsáveis por aquilo que cativamos e o senhor sabe dos vínculos afetivos que nos unem – disse o vereador Ruberval Martins.

A comitiva aproveitou para pedir o apoio do presidente do Senado à iniciati-

va de instalar um serviço de atendimento móvel de urgência (Samu) no município maranhense.

De acordo com Ruberval Martins, que é médico, essa seria uma valiosa forma de prestar socorro à população em casos de emergência.



Genaldino Magalhães

Para senador, medidas contra crise foram acertadas, mas incompletas

Roberto Cavalcanti diz que saída para crise é a educação

A receita para o Brasil superar a crise econômica e competir nos mercados internacionais em igualdade de condições passa pelos "investimentos em educação, capacitação profissional e inovação tecnológica", disse Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Para o senador, o governo acertou ao adotar medidas como isenção de impostos e redução dos juros, mas pecou em não ampliar os investimentos em educação, ciência e tecnologia. As Nações Unidas recomendam que o Brasil invista 6% do produto interno bruto (PIB) em educação, mas os gastos nessa área são de apenas 4,6%, informou Roberto Cavalcanti.

Projeto aprovado pela CI visa acabar com o comércio ilegal de venda e aluguel de autorizações para o serviço de transporte de passageiros nas cidades brasileiras

Taxista poderá repassar a permissão para herdeiros

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto que permite a transmissão aos herdeiros da autorização para exploração do serviço de táxi. Hoje, quando um taxista morre, ele não pode passar à viúva ou aos filhos a permissão.

O projeto (PLS 253/09) é do senador Expedito Júnior (PR-RO), que recebeu substitutivo da relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Pelo texto, fica autorizada a transmissão da permissão, de forma onerosa ou gratuita, e também sua locação, prevendo-se que, em caso de morte do titular, a titularidade fica para os herdeiros.

Expedito justificou seu projeto lembrando que, apesar de atualmente ilegais, são comuns e socialmente aceitos a "venda" ou o "aluguel" das licenças para serviços de táxi nas grandes cidades brasileiras. Na ausência de uma regulamentação, diz o se-

nador, há um mercado informal, sujeito à demagogia e ao arbítrio da autoridade. O projeto, então, serviria para suprir essa lacuna.

Após as modificações da relatora, o texto determina que autorização será concedida pelo poder público local a qualquer interessado que satisfaça os requisitos legais relativos à segurança, à higiene e ao con-

forto dos veículos e à habilitação específica dos condutores. Ela lembra também, em seu relatório, que o serviço de táxi é regulado pelos municípios e pelo Distrito Federal. Em geral, atenta Rosalba, não há uma seleção transparente dos motoristas e os novos prestadores são obrigados a comprar o título dos antigos.



J. Freitas

Rosalba Ciarlini elaborou substitutivo ao projeto de Expedito Júnior



Genaldino Magalhães

Azeredo diz que investimentos em todo o país têm "números ridículos"

Azeredo cobra expansão do metrô de Belo Horizonte

A "falta de investimentos" do governo federal no metrô de Belo Horizonte foi criticada por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O senador disse que "também o governo de Minas Gerais, dirigido por um companheiro de PSDB [Aécio Neves], precisa agir mais, seja cobrando do governo federal, seja assumindo sua parcela". Ele lembrou a lei estadual que transfere o metrô para o estado e para os municípios de Belo Horizonte e Contagem.

Sobre investimentos federais em sistemas de metrô de todo o país, Azeredo disse que "os números são ridículos" e ressaltou que audiências sobre o assunto foram realizadas no Senado.



Genaldino Magalhães

Jefferson Praia diz que todos os anos as verbas são contingenciadas

Jefferson Praia cobra recursos para a Suframa

Depois de ressaltar a importância da Zona Franca de Manaus para o Amazonas, Jefferson Praia (PDT-AM) protestou ontem contra o contingenciamento pelo governo federal de grande parte dos recursos destinados à região e cobrou providências do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

Criada há 42 anos, a Zona Franca possui três polos: comercial, industrial e agropecuário.

– Graças às alternativas de emprego e trabalho oferecidas pelo polo, o Amazonas retém hoje mais de 90% da sua cobertura vegetal original – comemorou.

Debate sobre transporte público no Entorno do DF

Por sugestão dos senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Jayme Campos (DEM-MT), a CI aprovou requerimento para realização de audiência pública para discutir a questão do transporte coletivo que atende a população do Entorno do Distrito Federal, região formada por cidades de Goiás próximas a Brasília. Serão convidados para a reunião os governadores do DF, José Roberto Arruda, e de

Goiás, Alcides Rodrigues.

A proposta do debate foi motivada por notícias frequentes sobre confrontos entre usuários e motoristas – inclusive com a queima de veículos – e problemas entre os empresários das linhas de ônibus e a comunidade que mora no Entorno e trabalha na capital, necessitando do sistema de transporte coletivo para se locomover.

O debate, em data ainda a

ser definida, deve incluir temas como valores das tarifas e serviços prestados pelas empresas. Também serão convidados os presidentes da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Bernardo Figueiredo; da Associação em Prol da Luta dos Usuários de Transporte Coletivo do Entorno, João Pereira; e da Associação dos Usuários do Transporte Coletivo de Brasília e do Entorno, Lidiane Mendes.



Jonas Pereira

Mão Santa pede que clínica de Parnaíba (PI) não seja fechada

Mão Santa faz apelo por clínica de fisioterapia

Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo para que a clínica de fisioterapia estadual localizada em Parnaíba (PI) não seja fechada. Ele pediu "sensibilidade" ao presidente Lula, ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e ao governador do Piauí, Wellington Dias.

– Faço esse pedido porque recebi um telefonema de um médico que se formou comigo, dr. Valdir Aragão de Oliveira, muito honrado, trabalhador, homem de uma cultura firme, que nos ajudou, quando eu governava o estado, a fazer de Parnaíba um polo universitário da saúde – disse.

Mário Couto: Pará tem uma das piores estradas do mundo

O senador Mário Couto (PSDB-PA) lamentou que a rodovia PA-150, no sul do Pará, esteja incluída entre as "piores do mundo", na avaliação do Guia *Quatro Rodas Estradas 2009*, que enumera as dez piores estradas do Brasil.

Segundo a publicação, atravessar o sul do Pará é um "desafio crônico" a qualquer motorista, que sofre com as estradas esburacadas e a ameaça dos assaltos, que são constantes na região.

– Que vergonha! O povo paga imposto e tem direito de

ter estradas compatíveis com a sua necessidade. Que vergonha, governadora Ana Júlia Carepa – disse o senador.

Na PA-150, os trechos críticos apontados pela publicação ficam entre Eldorado dos Carajás e Sapucaia, e entre o rio Marias e o trevo de Floresta do Araguaia.

Mário Couto lembrou que há quase dois anos defende a criação de uma CPI para investigar as ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

– Duas vezes já consegui as-



Genaldino Magalhães

Mário Couto responsabiliza governo do estado pela situação da rodovia

sinaturas para essa CPI. Na segunda vez que pensei que seria instalada, o governo propôs: ou vocês param com a CPI do Dnit ou não tem a CPI da Petrobras. Quem manda no Senado é o presidente da República – lamentou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Augusto Botelho • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Autor de requerimento de voto de repúdio aprovado pela CRE, o senador Flexa Ribeiro acusa o presidente venezuelano Hugo Chávez de cercear naquele país a liberdade de imprensa, "um dos pilares da democracia"



Casagrande, Valadares, Flexa Ribeiro, Flávio Torres e Augusto Botelho em reunião da Comissão de Relações Exteriores que acolheu 14 projetos de decreto legislativo

Eventos no Senado celebram Ano da França no Brasil

A Compagnie Lézards Bleus apresentará o espetáculo *Les Urbanologues Associés* (Os urbanólogos associados) em Brasília, na próxima terça-feira. O evento faz parte das comemorações do Ano da França no Brasil e é uma realização do programa Senado Cultural, em parceria com a Embaixada da França e a Aliança Francesa.

O prédio do Interlegis, localizado na Via N2, ao lado da Gráfica do Senado, será o cenário para a dupla francesa Antoine Le Menestrel e Jean-Marie Maddeddu. A performance ocorrerá a partir das 16h. Mais informações estão disponíveis no site www.lezardsbleus.com. Antes dessa apresentação, será realizada, às 14h30, no Auditório do Interlegis, a palestra "A política exterior das assembleias legislativas: Apoio ou contra-apoio do Executivo".

O ministro-conselheiro da Embaixada da França, Xavier Lapeyre de Cabanes, e o professor da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Rio Branco Amado Luiz Cervo serão os debatedores do tema.

Às 10h, também na terça-feira, o Senado realiza sessão especial em comemoração ao Ano da França no Brasil e à ação das alianças francesas como agentes de difusão cultural em nosso país.

O ano de 2009 foi denominado Ano da França no Brasil com o objetivo de fortalecer a parceria estratégica entre os dois países e ocorre em reciprocidade ao Ano do Brasil na França, realizado em 2005.

Valter lamenta morte do radialista Ramão Achucarro

"A música é a plenitude da alma: uma casa sem música é como um corpo sem alma", disse Valter Pereira (PMDB-MS) citando o radialista Ramão Achucarro, que faleceu aos 79 anos, vítima de câncer, na madrugada de ontem em Campo Grande. O senador, que iniciou sua carreira política junto com Achucarro, lamentou a morte do amigo.

– Ramão Achucarro foi um dos mais importantes radialistas de Mato Grosso do Sul. Em 1972 elegeu-se vereador em Campo Grande e foi reeleito durante seguidas legislaturas. Ele é de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. Por isso trazia consigo fortes traços da cultura guaraní, que fazia questão de transmitir durante seus programas no rádio – afirmou Valter Pereira.

Segundo o senador, Ramão Achucarro, antes de ingressar na carreira de radialista, lutou boxe e atuou como alfaiate.

Valter Pereira lembrou que o radialista tornou-se conhecido em seu estado como apresentador de programas sertanejos como *Entardecer no Sertão* e *Despertar Musical*.

Em nome da Mesa, o senador Mão Santa (PMDB-PI) associou-se à homenagem.

Comissão repudia "crescente autoritarismo" na Venezuela

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou um voto de repúdio à "escalada de autoritarismo" do governo da Venezuela. O requerimento foi apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que acusou o presidente venezuelano Hugo Chávez de cercear a liberdade de imprensa.

Para o senador, o autoritarismo começou a ficar mais evidente quando Chávez não renovou a concessão de funcionamento da emissora de televisão RCTV, de oposição ao seu governo. "Desde então, Chávez intensificou a ação contra a liberdade de

imprensa, um dos pilares da democracia, e retirou do ar mais de 200 emissoras de rádio", disse.

Dois outros requerimentos de Flexa Ribeiro foram aprovados. O primeiro solicita a realização de uma audiência a respeito do acordo firmado com o Paraguai sobre a energia produzida pela usina de Itaipu. O segundo pede a realização de debates sobre o desenvolvimento da Amazônia com a presença dos reitores de todas as universidades federais da região. Também foram aprovados requerimentos de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que solicita audiência sobre a expul-

são de famílias brasileiras das terras que ocupam na Bolívia; e de Cristovam Buarque (PDT-DF), para a realização de audiência sobre o reequipamento das Forças Armadas.

Na próxima semana, a comissão deverá realizar um debate sobre a compra de submarinos franceses e o projeto do submarino nuclear brasileiro, segundo requereu o presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Outro requerimento aprovado, de João Pedro (PT-AM), apresenta voto de aplauso à Fifa, pela escolha de Manaus como uma das sedes da Copa de 2014.

Marisa teme ameaça à liberdade democrática na América do Sul

As ameaças às liberdades democráticas na América do Sul, disse Marisa Serrano (PSDB-MS), foram um tema frequente nos debates durante a última sessão do Parlasul, realizada nesta semana em Montevidéu.

A senadora mencionou a aprovação de uma nova lei de educação na Venezuela, que em sua opinião, "atenta contra o fortalecimento da democracia". A lei determina que os meios de comunicação sejam obrigados

a dar cooperação ideológica na tarefa educativa, seguindo critérios de balizamento do governo, o que Marisa considerou "censura sistemática sobre a imprensa".

A nova lei cria ainda o conceito de educação socialista, estabelece cotas para os indicados pelo governo, elimina o ensino religioso, mesmo nas escolas privadas, e reduz a liberdade de cátedra, a autonomia dos professores universitários.

Mesquita Júnior cobra votação de regras para eleição no Parlasul

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) pediu pressa na aprovação do projeto de lei que regulamenta a eleição de representantes do Brasil no Parlamento do Mercosul.

Elaborado pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP), o projeto (PL 5.498/09-CD), que prevê o voto em listas partidárias, tramita na Câmara e precisa ser aprovado pelo Senado e sancionado até 30 de setembro para que possa valer para as eleições de 2010.

O senador explicou que, atualmente, o Parlasul é paritariamente composto por 18 membros de cada país (nove deputados e nove senadores, além dos suplentes). Porém, esses parlamentares não foram eleitos pela população de seus respectivos países.

– O povo brasileiro pela primeira vez poderá participar do debate sobre o Parlasul. O Mercosul deixará de ser uma caixa fechada e estará sob julgamento



Para Marisa, nova lei de educação da Venezuela é uma forma de censura

Marisa Serrano também demonstrou preocupação com o fato de que países como Bolívia, Equador e Nicarágua seguirão as mesmas orientações.



Mesquita Júnior espera que proposta possa valer para eleições de 2010

do povo – disse.

Mesquita Júnior também se solidarizou com Mão Santa (PI), que anunciou ontem sua saída do PMDB.



Simon: bloco pode ganhar mais uma estrutura supranacional

Aprovado fundo para a educação no Mercosul

A criação do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O relator *ad hoc* foi Pedro Simon (PMDB-RS). O fundo foi estabelecido por decisão do Conselho do Mercado Comum adotada em Belo Horizonte, em 2004.

Simon disse que o Mercosul está criando mais uma estrutura orçamentária supranacional, que vem se somar ao Fundo de Convergência Estrutural do bloco, o Focem. O projeto será agora submetido ao Plenário.

Outros 13 projetos de decreto legislativo foram aprovados na CRE. Entre eles, estão o PDS 112/08, que aprova acordo de cooperação com o Paraguai para gestão integrada da Bacia do rio Apa; o PDS 482/09, que aprova o novo estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado; o PDS 483/09, que aprova acordo com Israel para combate a infrações aduaneiras; e os PDSs 485/09, 493/09 e 494/09, que referem-se a acordos para que dependentes de pessoal diplomático possam exercer atividades remuneradas em outros países (Índia, Grã-Bretanha e Espanha).

A comissão aprovou ainda a indicação do embaixador brasileiro na Líbia, George Ney de Souza Fernandes, para exercer, cumulativamente, o cargo junto à República de Malta.



Kellenberger tratou de questões humanitárias durante encontro

Presidente da Cruz Vermelha visita Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu, na manhã de ontem, o presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Jakob Kellenberger, com quem conversou sobre questões humanitárias, especialmente concernentes à

América Latina.

– Nossa intenção nesta visita é intensificar o diálogo sobre conflitos armados e suas consequências sobre a humanidade. Nossa conversa foi sobre os desafios mundiais decorrentes de conflitos armados.

Kellenberger informou que sua vinda ao Brasil marca o início de um diálogo de alto nível entre o país e a Cruz Vermelha, para promover a aplicação de princípios humanitários e outros padrões internacionais na contenção da violência.

Medida que, pelo projeto de reforma eleitoral, entraria em vigor no pleito de 2014 é encarada, ao mesmo tempo, como um risco de fraudes e uma garantia da confiabilidade das urnas eletrônicas

Fotos de Márcio Kubine



Janino, do TSE: proposta traz de volta risco de manipulação



Stolfi, da Unicamp: modelo atual permite grandes fraudes



Brunazo, do PDT: impressão asseguraria confiabilidade



Mamede, da UnB: sistema eletrônico tem várias proteções

Especialistas divergem sobre impressão de voto eletrônico

A PROPOSTA PARA que os votos registrados nas urnas eletrônicas passem a ser também impressos e guardados pela Justiça Eleitoral, para auditoria dos resultados, divide especialistas em segurança de sistemas de votação.

Isso ficou claro ontem, no debate promovido em conjunto pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A medida está prevista no projeto da reforma eleitoral (PLC 141/09) que começa a ser debatido no Senado. As urnas poderiam ser auditadas pela Justiça Eleitoral por amostragem ou quando for aceita denúncia de fraude.

O secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Giuseppe Dutra Janino, criticou a medida, cuja implantação ocorreria nas eleições de 2014. O voto impresso pode parecer um ganho, alertou o especialista, por oferecer ao eleitor uma comprovação adicional, mas também representará a volta de vulnerabilidades

típicas do antigo sistema de apuração manual de votos.

– Esse mecanismo vai trazer junto com ele a intervenção humana e um agregado de falhas, como a morosidade na apuração e o portfólio de fraudes que são possíveis onde o ser humano coloca a mão – justificou.

Garantia

Os defensores da impressão do voto salientaram, no entanto, que essa medida é a única garantia plena contra tipos de fraudes produzidas por alterações na programação – o próprio *software* – e das urnas eletrônicas.

Isso só seria possível por meio de esquemas que se infiltrassem no corpo do próprio TSE, algo difícil de acontecer, mas hipótese não totalmente descartável, como alertou Jorge Stolfi, do Instituto de Computação da Unicamp. Desse modo, um pequeno desvio de votos em cada urna poderia alterar totalmente o resultado de uma eleição.

– A impressão não cria novas modalidades de fraude e elimina esse tipo

de fraude centralizada, por atacado, a mais perversa – afirmou Stolfi.

Para Janino, do TSE, os riscos à segurança vão ser introduzidos justamente pela impressão. Como explicou, seria possível ligar a identidade do eleitor ao voto.

Os defensores da impressão observaram que esse risco deixaria de existir com a utilização de programas diferentes para a identificação do eleitor e para a votação.

Amílcar Brunazzo Filho, técnico do PDT especializado em desenvolvimento dos sistemas eleitorais, salientou que a tecnologia usada no Brasil dificulta conferir a confiabilidade do sistema, o que poderia ser corrigido com a impressão do voto.

Segurança

Tanto Brunazzo quanto Stolfi observaram que nenhum outro país adotou o modelo de urna brasileiro sem incorporar também a impressão.

Mamede Lima-Marques, professor da Universidade de Brasília (UnB) e que integra comitê interdisciplinar que assessora o

TSE, afirma que nosso sistema de votação é mais complexo e sofisticado, com várias camadas de proteção.

– Para que se quebre cada uma das camadas, seria necessário convencer uma série de pessoas envolvidas, o que não seria possível sem deixar rastros – assinalou.

Relator é contra

Os senadores mostraram grande interesse na obtenção de informações sobre as questões de segurança decorrentes da possível adoção do voto impresso. Os requerimentos para as audiências foram propostos pelo senador Flávio Torres (PDT-CE). Na CCT, o relator da matéria é o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Em sua opinião, ao contrário do que foi defendido por parte dos expositores, a impressão do voto não aumentará a segurança dos pleitos contra fraude.

– Acho um retrocesso retornar ao voto impresso, que vai trazer de volta a contagem manual, muito mais frágil do que a feita pelo computador – disse Azeredo.

“Brasil carece de política de Estado para segurança”

Regina Miki, coordenadora-geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), defendeu a construção de uma política de Estado que ordene a estratégia de segurança pública em todo o país. Ao participar de debate sobre a conferência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ela observou que o setor tem sido tratado apenas como política de governo nas três esferas: União, estados e municípios.

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública ocorrerá de 27 a 30 de agosto em Brasília, com várias camadas de proteção. Para que se quebre cada uma das camadas, seria necessário convencer uma série de pessoas envolvidas, o que não seria possível sem deixar rastros – assinalou.

Organizada pelo Ministério da Justiça, a Conseg deverá reunir cerca de 3

mil pessoas, entre representantes dos trabalhadores e da sociedade civil, para discutir temas como prevenção, repressão ao crime, cidadania e participação popular.

Também participou dos debates o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay, que representou o ministro Tarso Genro. Para o secretário, a conferência será um importante espaço de discussão de alternativas para os problemas de segurança pública no país. Ele ressaltou ainda que a polícia brasileira tem “uma grande aptidão para o diálogo com a sociedade civil”.

Para o coronel Edson Costa Araújo, assessor especial da Secretaria Nacional de Segurança Pública, a 1ª Conseg “será um marco destinado a democratizar o setor de segurança brasileiro”. A audiência pública na CCJ foi sugerida pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).



Demostenes Torres (C) preside a reunião da Comissão de Justiça

País convive com uma das maiores taxas de homicídio

O Brasil detém uma das maiores taxas de homicídios no mundo, com aproximadamente 48 mil mortes por ano. Nos últimos cinco anos, o número de crimes contra o patrimônio, espalhados pelas principais capitais, teve um crescimento médio de 23%. Esses dados, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, estão no texto-base da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). O documento, elaborado pelo Ministério da Justiça com contribuições das entidades representadas no fórum preparatório e na comissão organizadora da 1ª Conseg, foi o ponto de partida para o debate nacional proposto pela conferência.

No texto, registra-se que o processo de constituição dos centros metropolitanos brasileiros foi acompanhado pelo aumento sensível das taxas de criminalidade, com roubos, seqüestros, furtos e homicídios, afetando de maneira cada vez mais grave o cotidiano das grandes

cidades do país. Outro dado citado no texto é o de que, entre os anos de 1980 e 2004, a taxa de homicídios praticamente triplicou: “Além de produzir um número alarmante de vítimas, o crescimento da criminalidade urbana carrega em si o aumento do medo e da sensação de insegurança, transforma o cotidiano das cidades e aparta, de maneira profunda, grupos sociais”.

Também são lembrados os altos custos que os crimes representam para o país, como os valores gastos com o sistema de saúde, as perdas decorrentes do comprometimento da força produtiva e o afastamento de investidores de determinadas regiões.

O texto-base acrescenta que, para completar o quadro, existe a percepção de que os níveis de violência alimentam a descrença e a desconfiança nas instituições. Essa circunstância, diz o documento, acaba por enfatizar estratégias privadas de resolução do problema.

Nilcéa Freire pede apoio à participação das mulheres

A ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, deixou o Senado, ontem, dizendo-se animada com as declarações dos parlamentares de que vão tentar incluir no projeto da reforma eleitoral novas medidas para favorecer a participação feminina na vida política.

O texto aprovado em julho pela Câmara dos Deputados contém dispositivo que obriga partidos e coligações a preencherem a cota mínima de 30% para candidaturas das mulheres, hoje apenas uma indicação de reserva.

Outro dispositivo reserva uma margem mínima de 10% do tempo da propaganda partidária gratuita para promover e difundir a participação da mulher.

– Nosso apelo mais forte é de que não haja nenhu-



Nilcéa lembra que propostas representam sinal positivo

ma emenda que retire essas conquistas. É o mínimo que podemos almejar. São pequenos avanços, mas representarão um sinal positivo para a sociedade e para as mulheres brasileiras – disse.

Os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG), Flávio Torres (PDT-CE) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) mani-

festaram disposição de apoiar a manutenção e mesmo a ampliação de dispositivos que favoreçam a participação das mulheres na política.

Prazo curto

A ministra lembrou o pouco tempo que o Senado tem para analisar a reforma eleitoral (precisa virar lei até 30 de setembro para valer nas eleições de 2010) antes de manifestar seu temor que novas medidas, sugeridas pelos senadores, para incentivar a participação feminina na política possam impedir a apreciação do projeto no prazo necessário.

Serys Slhessarenko (PT-MT) observou, no entanto, que a Casa está mobilizada para alterar o projeto, de forma rápida, a tempo de garantir a sanção até o fim de setembro.